fundamentais, o exercício da cidadania, o incremento da confiabilidade do indivíduo no Ministério Público do Estado do Pará, e a eficiência no cumprimento das atribuições constitucionais, legais e normativas.

Art. 2º. A Política de Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais se aplica ao tratamento de dados de pessoa natural, identificada ou identificável, levado a efeito no âmbito das atividades administrativas, de gestão, e finalísticas do Ministério Público do Estado do Pará.

Parágrafo único. As disposições desta PORTARIA definem diretrizes para a atuação do Controlador, do Operador, do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, do Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais (CEPDAP), do Escritório de Proteção de Dados (EPD) e do Comitê Executivo de Proteção de Dados Pessoais (CEXPDP).

Art. 3º. A Política de Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizados pelo Ministério Público do Estado do Pará para fins exclusivamente jornalísticos, artísticos, acadêmicos, de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de inteligência, de segurança orgânica, de investigação e de repressão de infrações penais.

CAPÍTULO II

Princípios Gerais

Art. 4º. A aplicação da Política de Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais será regida pela boa-fé e pelos princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

§1º. Nenhuma disposição desta PORTARIA poderá ser interpretada de forma a gerar lesão à ordem jurídica, aos direitos e interesses individuais ou transindividuais, ou comprometer a efetividade, a eficiência e a finalidade das atribuições do Ministério Público do Estado do Pará.

§2º. Os direitos dos titulares não poderão ser exercidos de forma a gerar lesão ou ameaça de lesão indevida a terceiros.

CAPÍTULO III

Tratamento de Dados Pessoais

Art. 5º. O tratamento de dados pessoais pelo Ministério Público do Estado do Pará é admitido para o atendimento de sua finalidade pública e a persecução do interesse público, tendo como objetivos a execução de suas competências legais ou o cumprimento das atribuições legais do serviço público.

§1º. O tratamento dos dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para a realização de sua finalidade.

§2º. A transparência ativa será cumprida mediante a disponibilização, no sítio eletrônico do Ministério Público do Estado do Pará, de informações claras e atualizadas acerca das hipóteses em que, no exercício de suas competências, realiza o tratamento de dados pessoais, nos termos do inciso I do art. 23, da Lei Geral de Proteção de Dados.

Art. 6º. O compartilhamento de dados pessoais ou seu uso compartilhado pelo Ministério Público do Estado do Pará poderá ser realizado para atender finalidade específica de execução de atribuição legal ou cumprimento de competência legal.

Art. 7º. O Ministério Público do Estado do Pará empregará os esforços necessários para que os dados pessoais sejam mantidos disponíveis, adequados, exatos e atualizados, bem como protegidos por procedimentos internos, com trilhas de auditoria, para registrar utilização, autorizações, acesso, impactos e violações.

Art. 8º. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Pará poderá tratar dados pessoais, quando necessário para a execução do contrato de prestação de serviços educacionais ou quando necessário para atender interesses legítimos próprios ou de terceiros, para a finalidade de melhor adequação, desenvolvimento e eficiência das atividades prestadas.

§1º. Os dados deverão ser conservados após o término do tratamento caso indispensável para o cumprimento de obrigação legal ou uso dentro das finalidades acadêmicas, administrativas ou educacionais do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

CAPÍTULO IV

Direitos do Titular

Art. 9º. O Ministério Público do Estado do Pará zelar pelo pleno exercício dos direitos do titular, aplicando-se, no que couber, as disposições dos arts. 18 e 19, da Lei Geral de Proteção de Dados.

Art. 10. O titular dos dados pessoais tem direito a obter as informações sobre o tratamento de seus próprios dados, mediante requerimento expresso dirigido ao Encarregado e ressalvadas as hipóteses do § 4º deste artigo

§1º. O solicitante deverá comprovar que é o titular dos dados pessoais quando da solicitação de que trata o deste artigo.

§2º. O Encarregado poderá pedir informações ou documentos complementares para comprovar a identidade do solicitante.

§3º. A responsabilidade do Ministério Público do Estado do Pará estará circunscrita ao emprego dos meios razoáveis e disponíveis na verificação da identidade do solicitante.

§4º. A solicitação de exercício de direitos do titular poderá ser negada, total ou parcialmente, de maneira fundamentada e por motivo legítimo, quando houver prejuízo ao cumprimento das obrigações legais ou ao desenvolvimento das atribuições institucionais, notadamente as hipóteses relacionadas a procedimentos sob sigilo, direitos de propriedade intelectual de determinados sistemas de processamento de dados, pedidos de exclusão de dados em caso de necessidade de retenção por dever legal ou necessidade de proteção do Ministério Público do Estado do Pará ou de terceiros.

CAPÍTULO V

Transferência Internacional de Dados

Art. 11. O Ministério Público do Estado do Pará poderá realizar transferência internacional de dados pessoais, quando necessária para a cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, investigação ou persecução, para a proteção da vida e integridade do titular ou de terceiros

ou para o cumprimento de atribuição legal, observados os instrumentos de direito internacional e o adequado grau de proteção de dados pessoais conferido pelos países ou organismos internacionais.

CAPÍTULO VI

Do Controlador

Art. 12. O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) é considerado Controlador na sua esfera de atuação, realizando tratamento de dados pessoais por meio dos seus membros, servidores e demais colaboradores que integram sua estrutura orgânica.

Art. 13. O Controlador é o responsável por determinar o tratamento de dados pessoais, independentemente de serem obtidos de forma espontânea ou por cumprimento de dever legal ou autorização legal.

§1º O Controlador determina o propósito e os significados do tratamento do dado pessoal, podendo, para tanto, atuar conjuntamente com órgão ou entidade, ou com pessoa natural ou jurídica.

§2º O Controlador, nos termos das suas competências legal e institucional, é responsável pelas decisões referentes ao tratamento dos dados pessoais.

Art. 14. Caberá ao MPPA, na qualidade de Controlador, normatizar e delimitar a respeito das regras de tratamento de dados pessoais no âmbito da instituição, bem como:

I - expedir instruções de serviço, para atendimento das boas práticas estabelecidas na LGPD, em especial quanto às normas de segurança, os padrões técnicos e as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento dos dados pessoais;

II - orientar as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais;

III - elaborar o Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIDP), conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

IV - decidir sobre o uso compartilhado de dados pessoais;

V - comunicar à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular de dados pessoais a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar riscos ou dano relevante aos titulares;

VI - implementar programa de governança em privacidade, comunicando à autoridade nacional de proteção de dados as informações pertinentes;

VII - adotar outras providências necessárias ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais.

Parágrafo único. As atribuições previstas nos incisos do presente artigo poderão ser delegadas ao Encarregado.

CAPÍTULO VII

Do Operador

Art. 15. O Operador é toda pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais de acordo com esta PORTARIA, com as instruções fornecidas pelo controlador e com as normas específicas aplicáveis, sempre em nome do controlador.

Art. 16. Os fornecedores de serviços são considerados operadores ao os fins desta PORTARIA.

§1º. O Ministério Público do Estado do Pará pode, a qualquer tempo, requisitar informações dos fornecedores de serviços acerca de tratamentos de dados pessoais efetuados em nome do controlador.

§2º. Os fornecedores devem garantir, no mínimo:

I - a estrita adoção das instruções e determinações transmitidas pelo controlador;

II - medidas de segurança da informação, técnicas e administrativas, e de confidencialidade, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados ou de situações acidentais ou ilícitas que produzam risco ao titular e ao controlador;

III - manutenção de registros de tratamentos de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica;

IV - a possibilidade de realização de auditorias, seja pelo controlador ou por auditor independente autorizado;

V - comunicação imediata e formal ao controlador sobre eventuais riscos, ameaças ou incidentes de segurança;

VI - assistência, mediante técnicas apropriadas e organizacionais, para o cumprimento das obrigações do controlador perante titulares de dados, autoridades competentes ou terceiros legítimos, fornecendo as informações necessárias para demonstrar a adequação às normas;

VII - vedação ao compartilhamento de dados pessoais com terceiros não autorizados ou tratamento posterior para novas finalidades não expressamente autorizadas.

VIII - vedação ao atendimento direto a eventual solicitação de exercício de direitos do titular, devendo informar imediatamente tal fato ao encarregado, por escrito.

CAPÍTULO VIII

Do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais

Art. 17. O Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais será escolhido livremente pelo Procurador-Geral de Justiça, dentre os membros do Ministério Público do Estado do Pará.

Parágrafo Único: Para assegurar a independência e a autonomia necessárias ao bom desempenho de suas funções, o Encarregado utilizará o suporte técnico, jurídico e operacional do Escritório de Proteção de Dados (EPD), podendo se valer, ainda, excepcionalmente, caso não haja viabilidade técnica ou operacional desse setor, dos demais órgãos e setores da Instituição.

Art. 18. O Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais exercerá, além das funções descritas no art. 41 da LGPD, as seguintes atribuições:

I - fomentar, capacitar, conscientizar, estabelecer responsabilidades e monitorar a conformidade da atuação da Instituição com a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público e a LGPD;

II - receber e analisar os pedidos encaminhados pelos titulares dos dados pessoais, como reclamações e comunicações, prestar esclarecimentos e adotar providências relacionadas ao tratamento de dados pessoais;

III - delegar, inclusive para servidores, e supervisionar atribuições que não representem risco relevante ao titular de dados pessoais;